

Leda Verdiani Tfouni*
Alessandra Fernandes Carreira**

O SUJEITO SUBMETIDO À LINGUAGEM (The Subject Submitted to the Language)

ABSTRACT

In this article, following as a matter the question of subjectivity, we will present an exposition about Ferdinand de Saussure's theoretical postulations, as well as what we consider to be important considerations from contemporary authors. Such postulations permitted that other disciplines, especially the "French" Discourse Analysis (DA), as well as the Lacanian Psychoanalysis, could work with the matter of subjectivity from a formal point-of-view, avoiding, at the same time, a logical-positivist paradigm. In order to achieve this objective, the focus of attention will be the reflection about the status of language and of the subject, starting from the contributions of the Linguistics.

Keywords: language; subject; Discourse Analysis; Lacanian Psychoanalysis, Linguistics.

RESUMO

Neste artigo, seguindo como rastro a questão da subjetividade, apresentaremos uma exposição sobre as postulações teóricas de Ferdinand de Saussure, bem como importantes considerações de autores mais contemporâneos. Tais postulações permitiram que outras disciplinas, especialmente a Análise do Discurso de "linha" francesa (AD) e a Psicanálise lacaniana, trabalhassem a questão da subjetividade de um ponto-de-vista rigoroso, mas sem ceder a um paradigma lógico-positivista. Para isso, o foco de atenção será a reflexão sobre o estatuto da língua e do sujeito, a partir das contribuições da Lingüística.

Palavras-chave: língua; sujeito; Análise do Discurso; Psicanálise Lacaniana, Lingüística.

"Há sempre algo de ausente que me atormenta."

Camille Claudel

A questão da subjetividade pode ser considerada o calcanhar de Aquiles nos estudos sobre a linguagem. Aquiles era filho da ninfa do mar Tétis e do mortal Peleu, o que o tornava também mortal. Sua mãe, para conseguir a invulnerabilidade de seu filho, mergulhou-o no rio Estige, no Hades (reino dos mortos), enquanto o segurava pelos calcanhares. Somente seus calcanhares, então, não foram banhados, não se converteram em imortais, tornando-se seu único ponto fraco. Todavia, paradoxalmente, os calcanhares foram um ponto de apoio para que sua mãe o segurasse durante o mergulho, impedindo sua morte naquele momento. Calcanhar necessário, poderíamos dizer...

Talvez seja assim o sujeito nas Ciências da Linguagem: ponto fraco e

* FFCLRP-USP.

** Universidade de Ribeirão Preto.

ponto de apoio. Apresentaremos aqui uma breve exposição comentada sobre as postulações teóricas de Ferdinand de Saussure (1915) a respeito da língua, as quais operaram uma denegação do sujeito nos estudos sobre a linguagem. Entretanto, como a denegação sempre implica o retorno do que foi negado, verificamos o retorno insistente da subjetividade nesses estudos. Esse resto que retorna tem sido o foco de atenção de disciplinas tais como a Análise do Discurso de “linha” francesa (AD), em diálogo com a Psicanálise lacaniana. Podemos dizer, então, que a Lingüística saussuriana inaugura um outro campo de investigação sobre o sujeito; afinal, denegar é também afirmar no plano da enunciação.

I. UMA QUESTÃO DE PARADIGMA

O sujeito tem sido definido de diversas maneiras ao longo da história das Ciências Humanas, sendo estas definições determinadas pelas posições, no interior do discurso, a partir das quais se fala dele. Ao pretendermos falar do sujeito a partir de considerações que se fundamentam em colocações da Lingüística, é importante comentar, ainda que brevemente, a respeito da noção de sujeito vigente na época do surgimento desta ciência.

No que tange a esta questão, Gadet e Pêcheux (1981) comentam que a passagem de uma forma-sujeito feudal para a forma-sujeito capitalista comporta o início do apagamento da diferença entre os sujeitos. A dominação social, no modo de produção feudal, apoiava-se justamente na estratificação de castas sociais, ou seja, na diferença. Prevalencia nas sociedades uma variedade de dialetos que compunham um mosaico impossível de ser juntado de maneira homogênea em uma língua única. Mas havia uma língua oficial valorizada, da qual apenas a nobreza se apropriava, criando uma barreira lingüística que separava a massa, impossibilitada de se comunicar segundo a visão dominante, daqueles capazes de compreender a retórica da religião e do poder da época. Disto tudo resultava que o corpo lingüístico durante o feudalismo era tão intocável quanto o corpo do rei (GADET e PÊCHEUX, op. cit.).

Com o advento do capitalismo, a política burguesa transforma esta ordem através de uma interpenetração crescente das classes dominantes e dominadas, enxergando estas últimas como consumidores em potencial. Assim, a ordem é igualar, para melhor dominar. Esta transformação pode ser percebida pelos esforços crescentes na época no sentido de estabelecer os estados e as línguas nacionais através da alfabetização, isto é, pela promoção da aprendizagem e utilização legal destas línguas (GADET e PÊCHEUX, id.). Durante a colonização, isto pode ser percebido na imposição da língua do colonizador aos colonizados, havendo cartilhas elaboradas para ensiná-la, que visavam combater as línguas locais, o que se dava, sobretudo, através da catequização. As diferenças explícitas

entre as castas no feudalismo (que falavam dialetos diversos) foram, então, absorvidas pela revolução burguesa através de uma universalização que fez o “cidadão” emergir com direitos e deveres iguais perante a lei (tal qual proclamado pela “Revolução Francesa”) e falante da mesma língua que seus conterrâneos.

Auroux (1992) aponta a constituição das línguas nacionais e a tentativa de domá-las através da gramatização (criação da gramática e dos dicionários) como uma verdadeira revolução tecnológica que permitiu ao Ocidente exercer a sua dominação no planeta, uma vez que possibilitou o nascimento das ciências da linguagem e da escrita científica rigorosa. Isso também é apontado por Gadet & Pêcheux (1981), os quais afirmam que esta unificação forçada das diversas línguas locais em línguas nacionais criou um espaço político que permitiu o nascimento da Lingüística: ciência da língua e das línguas, da divisão sob a unidade. A nosso ver, é isto o que interessa à leitura estruturalista da lingüística: uma língua una, passível de ser sistematizada; a língua ideal produzida pelo capitalismo. Constatamos, então, o que é apontado de maneira fascinante por estes autores: que a Lingüística, como qualquer ciência, é perpassada pela ideologia desde a sua fundação, ideologia esta que comporta uma noção de sujeito jurídico universal e de uma língua neutra e objetiva.

Segundo Haroche (1992), o surgimento do “sujeito jurídico” está enraizado em uma passagem do discurso religioso para o discurso jurídico que fez com que o sujeito, a princípio etimologicamente definido como “submetido à autoridade soberana” (século XII), passasse a ser considerado como “pessoa que é motivo de algo” (século XVI). Trata-se, portanto, de um processo de individualização e responsabilização do sujeito por seus atos, o que a autora explora pela via da gramática, sobretudo abordando a noção de determinação do sujeito e o combate a toda e qualquer ruptura na linearidade do discurso (ambigüidades, incisas e elipses), ruptura esta muitas vezes considerada como um problema de gramática.

Esta passagem, do discurso religioso para o discurso jurídico, encontra seus precedentes no século X, quando intensas modificações econômicas enfraqueceram o poder da Igreja, pois este era suportado por uma economia rural de subsistência na qual não havia a idéia de lucro, idéia essa que, a partir de então, tornava-se central na nova economia de caráter urbano e artesanal (HAROCHE, op. cit.). O advento desta estrutura econômica reorganizou as relações sociais, uma vez que não mais se tratava apenas de vassalos submetidos a senhores, mas também de artesãos e mercadores que buscavam, tal como a elite, o lucro. Disto resultou uma reivindicação desta nova classe trabalhadora por liberdade e igualdade de direitos, instaurando um avanço e uma fundamentação do aparelho jurídico que moldou o “sujeito-de-direito”: um sujeito responsável por suas ações, com direitos e deveres (HAROCHE, id.).

Assim, de um sujeito submetido à lei divina, desembocamos em um sujeito submetido à lei dos homens, o que apenas muda a forma de sujeição ou a forma-sujeito. Porém, é interessante observar que o sujeito-de-direito, ao contrário do

sujeito religioso vigiado por um deus onipresente, se representa como autônomo e responsável por seus atos.

Haroche (id.) nos mostra que o fato de o sujeito assumir esta forma jurídica trouxe outras conseqüências para a Igreja, além do enfraquecimento de seu poder. Dentre estas, podemos destacar a crise da “Dupla Verdade”, que foi provocada pela contradição instalada na passagem do século XV para o XVI entre a fé e a razão, ou entre a até então suposta origem divina do saber e da verdade, e a origem humana dos mesmos, fundada no exercício da razão. No discurso religioso que vigorava soberano na Idade Média, esta contradição não constituía as relações entre sujeito e saber, uma vez que o primeiro estava subordinado completamente ao texto sagrado e aos dogmas da religião. Mas, no discurso jurídico, o sujeito é representado e se representa como autônomo, capaz de pensar por si e, logo, de contestar os dogmas.

Diante disto, os textos sagrados até então lidos e interpretados de maneira homogênea, calcada no dogma, passam a ser interpretados de maneira diversa, o que instala uma polêmica, a respeito de qual seria seu verdadeiro significado, sua leitura oficial. Surge a necessidade de direcionar a leitura e, para isso, valoriza-se cada vez mais o texto bem escrito, sem ambigüidades. Cabe ao autor tal tarefa, ou seja, proporcionar ao leitor um texto claro e sem falhas, nem equívocos. Se o equívoco se instala para o leitor, portanto, a culpa é do sujeito-autor, de sua falta de técnica pessoal que não lhe permite controlar a linguagem. Trata-se, então, de uma concepção de sujeito responsável tanto por seus êxitos quanto por suas falhas e de uma concepção de linguagem neutra, um instrumento bastante perfeito que só precisa ser bem utilizado por este sujeito. Vale ressaltar que essas duas concepções irão influenciar os estudos sobre o sujeito e a linguagem até os dias atuais.

Quanto a isto, Haroche (1988) comenta que o declínio da noção religiosa de sujeito, típica da Idade Média, desembocou na emergência de disciplinas que se propõem a estudar o próprio sujeito como um objeto da ciência, uma vez que ele passou a ser vislumbrado como um sujeito jurídico universal, passível de sistematização. Mas, por outro lado, uma vez responsabilizado por seu dizer e por seus atos, este sujeito também se tornou origem soberana e enigmática do que diz e do que faz; logo, ele seria impossível de ser apreendido sistematicamente.

Com isso, pode-se constatar que, no século XIX, a subjetividade passou a ser:

(...) considerada como inefável, em particular, no campo da Psicologia: o sujeito somente seria **objeto** de um saber na condição de que esta inefabilidade irredutível não seja [sic!], entretanto, levada em conta ou, pelo menos, problematizada como tal. Só o comportamento observável, em decorrência de sua visibilidade, pode pretender ser o objeto de um saber. O sujeito em sua **opacidade** torna-se, então, o

sujeito de um saber impossível, até mesmo de uma ignorância necessária. E essa mesma opacidade garante ao sujeito um espaço de liberdade: o caráter indizível e inefável de subjetividade ‘protege’, efetivamente, o sujeito de uma verdadeira injunção política e jurídica na transparência do ‘dizer tudo’ (HAROCHE, op. cit., p. 62).

Diante desta “tirania da transparência”, expressão cunhada por Courtine & Haroche (1988), Haroche (id.) afirma que restaram à Psicologia, projeto de ciência da conduta humana, dois caminhos possíveis: ou considerar a subjetividade como objeto de estudo, tomando-a como mensurável ao ser submetida a regras lógico-matemáticas, ou evacuar a questão da subjetividade (opaca, individualidade extrema) através do privilégio da observação do comportamento comum a todos os sujeitos (transparente). Em ambos os casos, porém, constatamos uma noção de sujeito livre como pano de fundo, pois a questão de o quê é um sujeito e como ele se constitui não é discutida, mas antes são considerados os efeitos da existência de um sujeito (comportamentos, percepções, personalidade; enfim, fenômenos) pressuposto como origem da significação.

Percebemos, então, o efeito da noção capitalista de sujeito tanto no estudo da língua quanto no estudo do próprio sujeito. Consideramos que os estudos perpassados pela ideologia capitalista têm em comum a importância que dão aos dados unos, mensuráveis, sistematizáveis, o que se alicerça na (de)negação de tudo o que é heterogêneo, clivado. O sujeito capitalista pode ser equiparado, então, com o sujeito generalizável da ciência. Já a língua é considerada, nessa perspectiva, um instrumento neutro que comunica objetivamente o que esta ciência descobre a respeito do real.

Por outro lado, há uma reflexão sobre o sujeito fundamentada em disciplinas que tomam a subjetividade de um ponto-de-vista diferente desse a que a Psicologia e a Lingüística têm-se filiado. A AD e a Psicanálise laciana permitem um resgate rigoroso do sujeito no discurso científico a partir da linguagem, sem, contudo, reduzi-los a objetos mensuráveis.

A seguir, explicitaremos melhor isso mostrando que foi, por incrível que possa parecer, tomando a língua como sistema uno que Saussure abriu esse novo espaço de reflexão sobre o sujeito.

II. A EXCLUSÃO DO SUJEITO NA FUNDAÇÃO DA LINGÜÍSTICA

De forma geral, podemos dizer que, tradicionalmente, a subjetividade tem sido considerada tanto como o que é circunstancial ou acidental, quanto como o que provém de uma motivação, intenção ou características pessoais (DE LEMOS, 1990). Esta visão de subjetividade engloba uma noção idealista de sujeito, na

qual a linguagem serve apenas para expressar a subjetividade, esta última antecedendo lógica e ontologicamente a tudo (id., ibid.). Portanto, o sujeito tem sido considerado, via de regra, como aquele que porta o livre-arbítrio e que, soberano, utiliza a linguagem para se expressar.

Trata-se do que ficou conhecido como “sujeito cartesiano”: pensante, unidade e origem da significação; sendo que noções extremamente abstratas como “pensamento” e “idéia” permeiam a sua definição. Segundo Lacan (1964), o sujeito cartesiano “(...) consiste em tomar esse **eu do cogito** (...) pela presença, no interior do homem, do famoso homenzinho que o governa, que é quem dirige o carro, o ponto dito, hoje em dia, de síntese” (p. 135). A pressuposição da existência deste “homenzinho” está presente de maneira clara na corrente racionalista do pensamento que predominou no século XVII, a qual considerava a linguagem como algo que deve ser regido por regras lógicas e racionais (língua ideal, sem equívocos) que lhe permitissem ser uma pura e fiel representação do pensamento (ORLANDI, 1986), ideal compartilhado pelos que lutam ainda hoje por uma língua neutra e universal (GADET e PÊCHEUX, 1981), que igualaria todos os homens¹.

No início do século XX, procurando escapar deste “subjetivismo abstrato” no estudo da linguagem – para utilizar a expressão de Mikhail Bakhtin (1981) – e, assim, garantir a cientificidade de sua nova ciência, Ferdinand de Saussure adotou uma abordagem sincrônica e excluiu do campo de estudo da Lingüística as questões relativas ao sujeito² (PÊCHEUX, 1969; GADET, 1990, DE LEMOS, id.). Considerando que a linguagem é a língua mais a fala, a Lingüística consolidou-se deixando de lado a variabilidade da fala (atribuída ao indivíduo falante) e focalizando-se na sistematicidade da língua, no repetível.

Assim, para Saussure (1915), enquanto um conjunto de hábitos lingüísticos que permitem a uma pessoa compreender o outro e fazer-se compreender por ele, a língua é uma instituição semiológica social, é a parte social da linguagem, externa ao indivíduo e que não pode ser criada, nem modificada, por ele. Já a fala é um acessório, um resíduo que não deve ser considerado pela análise lingüística porque brota no indivíduo. Sendo os indivíduos diferentes entre si, a fala é considerada pura diversidade, impassível de sistematização e generalização, estando, por isso, fora da sistematicidade da língua, que a Lingüística elege como objeto de estudo, e fora da ciência. Desta forma, na Lingüística, sendo a origem da fala e controlando-a, o sujeito tem o estatuto de indivíduo soberano, de algo que é in(di)visível.

¹ Gadet & Pêcheux (op. cit.) citam o esperanto como exemplo de busca deste ideal.

² Estou referindo-me aqui ao que ficou conhecido como o “Saussure diurno”, ou seja, aquele que se dedicou a este estudo sistemático da língua, estudo este que deu origem ao “*Curso de Lingüística Geral*”. Um “Saussure noturno”, menos conhecido, entretanto, não permaneceu insensível ao sujeito ao se deparar com os anagramas (ORLANDI, 1986, GADET, op. cit., HENRY, 1993).

Apesar de seu esforço, a concepção saussuriana acaba por também abordar a língua de maneira idealista, pois a toma como uma unidade, uma forma invariante que não seria passível de acidentes diversos (MILNER, 1987). Porém, reconhecer que há algo que escapa a esta idealização, quer dizer, a fala, já marca uma diferença entre a Lingüística e as correntes racionalistas. Há um sujeito, a Lingüística o aponta, mas o concebe enquanto indivíduo soberano e inacessível em sua diversidade.

Dentro disto, vale lembrar que um dos primeiros lingüistas, inclusive um dos mais citados, a fazer referência à subjetividade na linguagem, Émile Benveniste, a abordou apenas a partir da enunciação:

A “subjetividade” de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. Define-se (...) como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência. (...) É “ego” que diz ego. Encontramos aí o fundamento da “subjetividade” que se determina pelo status lingüístico da “pessoa” (BENVENISTE, 1958, p. 286, grifo nosso).

Esse sujeito da enunciação, que se diz em um tempo e lugar, apenas aponta para o indivíduo falante, que permanece inacessível enquanto tal, figurando como um enigma intocado. Veremos a seguir como este enigma permitirá o próprio resgate da subjetividade, pela AD e pela Psicanálise lacaniana, a partir de um outro ponto-de-vista.

Tomar a língua como objeto fez perceber que ela tem uma ordem própria que é irreduzível à ordem dos pensamentos e das coisas (DE LEMOS, 1990), ou seja, possibilitou perceber que a língua é um conjunto de sistemas que autoriza combinações e substituições (PÊCHEUX, 1969). Isso permitiu deixar de considerá-la apenas como algo que tem por função a expressão do pensamento, para tomá-la como passível de ser descrita objetivamente.

Uma importante contribuição da Lingüística neste âmbito diz respeito à natureza do signo lingüístico. Segundo Saussure, o signo lingüístico tem a propriedade de unir um conceito, não uma coisa, a uma imagem acústica, o que o caracteriza como uma entidade psíquica de duas faces. O conceito é também chamado de “significado”, enquanto que a imagem acústica – ou a impressão psíquica do som – recebe o nome de “significante”. Para ele, ainda, há uma relação entre estes dois componentes do signo, sendo estes indissociáveis, inexistentes de forma isolada como as duas faces de uma folha de papel.

Saussure também salienta que o signo é totalmente arbitrário, ou seja, não existe um laço natural entre o significante e o significado, mas sim uma convenção ou um hábito coletivo que o estabelece. Desta forma, a língua é considerada um artifício, é convencional, e não uma nomenclatura para o mundo, por ele motivada

(GADET, 1990). Assim, dentro da clássica distinção entre o convencionalismo e o naturalismo, Saussure filia-se ao primeiro (GADET, op. cit.).

Se com relação à idéia que representa, o significante aparece como escolhido livremente, em compensação, com relação à comunidade Lingüística que o emprega, não é livre: é imposto. (...) Um indivíduo não somente seria incapaz, se quisesse, de modificar em qualquer ponto a escolha feita, como também a própria massa não pode exercer sua soberania sobre uma única palavra: está atada à língua tal qual é (SAUSSURE, 1915, p. 85, grifo nosso).

Podemos perceber claramente que, embora o signo seja arbitrário, a língua, enquanto código, é imutável, ou seja, nós não podemos inventar palavras novas a cada momento, pois devemos utilizar as palavras disponíveis no léxico para haver comunicação com nossos interlocutores.

Por outro lado, por paradoxal que possa parecer, na concepção saussuriana, a língua, apesar de intangível, é também alterável através da repetição dos elementos que a compõem (SAUSSURE, op. cit.). Desta repetição resulta um deslocamento da relação entre o significado e o significante que só pode ocorrer devido à arbitrariedade do signo (id., ibid.) já comentada: apesar de haver convenções que os ligam, estruturalmente um mesmo significante pode remeter a mais de um significado (como ocorre nas homonímias fônicas) ou um mesmo significado por ser representado por mais de um significante (no caso das sinonímias).

Dor (1989), interpretando Saussure a partir de Lacan, afirma que é um “corte” que delimita a relação entre um significado e um significante, os quais, se isolados, são apenas duas “massas amorfas”. Este “corte” depende do contexto, entendendo contexto como a cadeia ou seqüência discursiva. Dor (op. cit.) ilustra esta questão do “corte” através dos enunciados “Eu a prendo” e “Eu aprendo”, que são homonímias fônicas, mas não sinonímias.

Esta questão da delimitação na perspectiva lacaniana remete ao importante conceito de valor do signo estabelecido por Saussure: o signo adquire seu valor na relação com outros elementos da cadeia falada, ou seja, devido a um caráter linear do significante que, por ser de natureza auditiva, desenvolve-se ao longo do tempo. Assim, os elementos da língua têm uma relação solidária entre si, uma relação de interdependência, em que o valor de uma palavra depende da significação que lhe conferem a relação com todas as outras palavras do código e com todos os elementos da frase (RIFFLET-LEMAIRE, 1970).

É importante salientar aqui que, pela teoria saussuriana do valor, não há nenhuma positividade na língua, apenas diferenças:

(...) tout le système d'une langue s'organize en **identités** et en **différences**. Ce n'est pas par sa substance, mais en tant que **non-b** ou **non-c** qu'une unité **a** prend sa valeur. C'est là une conséquence de l'arbitraire radical: puisque le système ne

joue que par rapport à lui-même, “dans la langue il n’y a que des différences” (p. 166). Mais Saussure ajoutera aussitôt: “Il n’y a que des différences sans termes positifs”, ce qui signifie qu’il n’y a pas de primitif dans la différence. Tout terme est un lieu complexe de différences (...).³ (GADET, 1990, p. 62).

Desta forma, a língua tem uma ordem interna de funcionamento que determina o valor dos signos (GADET e PÊCHEUX, 1981), independente do sujeito falante e do contexto situacional. É uma ordem que se impõe à revelia de qualquer controle externo: é o “real da língua” (MILNER, 1987).

Esta questão do valor do signo lingüístico enquanto pura diferença é fundamental para a reflexão que propomos aqui, pois aponta para a inevitabilidade do deslizamento de sentido em todo e qualquer discurso, noção imprescindível à Psicanálise lacaniana e à AD. Porém, na opinião de Gadet e Pêcheux (op. cit.), tal questão tem sido esquecida ou negligenciada pela maior parte dos lingüistas, os quais têm salientado acima de tudo o conceito de arbitrariedade do signo. Trata-se, ousamos dizer, de um recuo diante da emergência deste “real da língua” e da preferência apaziguadora pelo estudo do imaginário que enlaça o significante ao significado, ou, como nos dizem Gadet e Pêcheux (id.), de um ceder da Língüística diante de seu próprio objeto (“o real da língua”), a qual se abandona às realidades psicossociológicas dos atos de fala.

Prosseguindo a discussão, cabe aqui introduzir, em relação ao duplo estabelecimento do valor do signo (em relação ao código e à frase), considerações sobre os dois eixos da linguagem estabelecidos por Roman Jakobson (1995).

Por ser a língua uma estrutura comum a todos os falantes, todo ato de comunicação implica a seleção de elementos disponíveis no léxico, ou seja, em uma operação vertical que se dá no que Jakobson (op. cit.) chamou de “eixo paradigmático” da linguagem, o eixo da língua⁴, no qual os termos estão em uma relação de similaridade por ausência. Este eixo remete à produção da metáfora, figura de linguagem marcada pela substituição de um significante por outro, mas ainda ligado ao significado a que o primeiro encontrava-se atrelado. Como exemplo, temos a substituição de “infância” (ausente) por “aurora”, mas

³ “(...) todo sistema de uma língua se organiza em **identidades** e em **diferenças**. Não é devido a sua substância, mas sim por ser **não-b** ou **não-c** que uma unidade **a** adquire seu valor. Esta é uma conseqüência do arbitrário radical: uma vez que o sistema somente é representado em relação a si mesmo, “na língua somente existem diferenças” (p. 166). Mas Saussure acrescentará imediatamente: “Há apenas diferenças sem termos positivos”, o que significa que não existe um primitivo na diferença. Todo termo é um lugar complexo de diferenças (...)” (GADET, id., p. 62, tradução nossa).

⁴ Por exemplo, no enunciado “Eu vi um menino correndo”, temos a seleção do pronome “eu” (e não tu, ele, nós, etc.), seguido pela seleção do verbo “ver” (e não olhar, espiar, etc.) que, por sua vez, é seguido pela seleção do artigo “um” (e não uns, uma(s), o(s), a(s)) e assim por diante.

mantendo o significado de “infância” (presente na ausência), ou seja, remetendo ao período inicial de nossas vidas.

Jakobson (id.) também coloca que o ato de comunicação engloba uma operação horizontal que se dá no “eixo sintagmático” da linguagem, que é a cadeia sintática propriamente dita, o eixo da fala, no qual se dá a combinação dos elementos selecionados⁵, em uma relação de contigüidade, em presença. É interessante perceber que, embora não se possam criar palavras novas todo o tempo, a combinação de unidades lingüísticas comporta uma escala de liberdade ascendente, isto é, há maior liberdade (nunca total) na combinação de palavras do que na sua criação (combinação de fonemas). A produção da metonímia, figura de linguagem construída a partir de uma transferência de denominação de um termo para outro, e possível graças a certas condições de ligação em cadeia entre eles (parte pelo todo, conteúdo pelo continente, etc.), localiza-se neste eixo. O uso de “menor” para referir a crianças e adolescentes de rua, por exemplo, é uma metonímia, pois toma a faixa etária (parte) para designá-los como um todo.

É possível relacionar os dois eixos da linguagem com a noção de valor do signo ao considerarmos a questão da significação. Segundo Gadet (1990), é o valor que o signo adquire pela diferença em relação aos outros signos que torna possível a significação, isto é, o enlace entre significante e significado. A diferença é a responsável pela unidade, pelo fato de um signo ser delimitado enquanto tal. Por outro lado, embora a significação dependa do valor que o signo adquire em uma cadeia de signos, pode-se dizer também que o valor é um elemento da significação e que ela o determina, pois o valor é uma potencialidade da língua, e a significação uma realização da fala, que põe essa potencialidade em ação (GADET, id.).

Língua e fala remetem, respectivamente, ao eixo paradigmático e ao sintagmático na concepção de Jakobson (id.). Podemos, então, aproximar a noção saussuriana de valor do signo por diferença à contraposição entre os signos selecionados e os não selecionados (eixo paradigmático). Mas, os signos selecionados são combinados em uma seqüência falada (eixo sintagmático), ao longo do tempo, o que intervém secundariamente sobre o valor dos signos já constituído preliminarmente pela seleção, havendo uma espécie de retorno.

Jakobson considera o funcionamento da linguagem nestes dois eixos apenas em dois casos específicos: a afasia, na qual há um comprometimento do funcionamento da linguagem em um destes eixos, e a linguagem poética, que ganha seu tom a partir das metáforas e metonímias. Apesar disso, tal como apontado por Lacan (1972-1973), podemos aproveitar suas colocações para o estudo da linguagem como um todo e para a abordagem da subjetividade.

⁵ Considerando os enunciados “Eu vi.”, “Eu vi um menino.” e “Eu vi um menino correndo.” percebemos como a colocação de novos signos ressignifica os anteriores, o que exemplifica esta relação de dependência semântica entre os elementos da cadeia sintática.

III. A LIBERAÇÃO DE UM ENIGMA

Após estas considerações sobre a ordem da língua, é importante salientar que, apesar de sua valiosa contribuição, pode-se dizer que a Lingüística deixou um resto ao denegar, no ato de sua fundação, o sujeito (PÊCHEUX, 1969). Para remeter novamente a Bakhtin (1981), podemos dizer que a Lingüística, tentando escapar do “subjetivismo abstrato”, foi vítima de um “objetivismo idealista”. Isso significa que, procurando evitar a subjetividade, vista como caos, como ameaça para o rigor científico, a Lingüística acabou por optar pelo ideal da pesquisa objetiva, que se propõe, através de um rígido controle de variáveis, a obter resultados e conclusões fidedignos, generalizáveis e reproduzíveis.

Segundo Milner (1995), a Lingüística deseja ser uma ciência e, por isso, é afetada por hesitações e equívocos que marcam a questão da ciência como um todo, sendo que as suas idas e vindas ao longo do tempo mostram isso. Este autor comenta ainda que a Lingüística encaixa-se no rol das Ciências Humanas e que, durante algum tempo, pensou-se que ela teria inaugurado um novo tipo de racionalidade, uma forma específica de ciência que diferiria das ciências naturais. Todavia, hoje em dia, ainda segundo Milner (op. cit.), é difícil acreditar que as Ciências Humanas possam ter uma epistemologia própria, o que impõe uma escolha fundamental: ou a Lingüística é humana, ou é uma ciência nos moldes das ciências naturais. Acrescenta, ainda, que o objeto das chamadas Ciências Humanas não é literalizável porque ele é humano, social ou histórico, ou seja, é imaginário.

Percebemos que existe na história da Lingüística uma perseguição de um ideal que, por definição, é impossível de ser plenamente atingido no estudo da língua: a total objetividade, que lhe conferiria o estatuto de ciência. Como exemplo desta cientificidade, temos os trabalhos do lingüista americano Noam Chomsky que, filiado às correntes racionalistas, elaborou uma escrita formal rigorosa partindo da teoria matemática dos sistemas (ORLANDI, 1986). Segundo Milner (1995), Chomsky busca articular a Lingüística à ciência positivista, afirmando que:

There is no reason to abandon the general approach of natural sciences when we turn to the study of human beings and society. Any serious approach to such topics will attempt (...) to adopt “the Galilean style⁶ (CHOMSKY, 1980, p. 219; apud MILNER, op. cit., p. 12).

⁶ “Não há nenhuma razão para abandonar o método de alcance geral das ciências naturais quando abordamos o estudo dos seres humanos e da sociedade. Todo tratamento sério destas questões tenderá (...) a adotar este “estilo galileano”.” (CHOMSKY, 1980, p. 219; apud MILNER, op. cit., p. 12, trad. nossa).

Assim, a teoria chomskyana funda-se na noção de completude, consistência e não contradição da língua, especificamente da sintaxe (GADET, 1978).

Porém, como tudo que é denegado retorna insistentemente e se impõe como enigma para outro campo, a fala insiste em trazer elementos que não cabem nas categorizações lingüísticas, embora façam parte – indiscutivelmente – da língua (DE LEMOS, 1990)⁷. Quanto a isso, Gadet e Pêcheux (1981) nos dizem que há uma espécie de subversão social ou “dispersão anagramática” quando a “massa toma a palavra”, uma inovação neológica e uma transcategorização sintática que induzem na língua uma gigantesca agitação, a qual é comparável àquela realizada pelos poetas, embora em menor dimensão. Essas “novidades” surgidas na própria língua impelem à pesquisa de alguns lingüistas e também os confrontam com um sujeito que não se cala e, por isso, atrapalha.

Em relação a estes elementos que escapam à categorização lingüística, Gadet (1978) comenta sobre fatos lingüísticos que resistem à descrição sintática, os quais podem ser visíveis ou não para a sintaxe, caracterizando-a como afetada por uma “dupla falha”. Coloca que os visíveis para a sintaxe correspondem aos fatos descritos nos trabalhos de Jean-Claude e Judith Milner, ou seja, fatos que, depois de uma análise sintática, não podem ser tratados a não ser através do recurso a conceitos abstratos, como o de sujeito da enunciação, especialmente aos indícios lingüísticos que apontam para tomadas de posição do locutor em relação ao que está sendo dito:

(...) ces formes auraient pour particularité d’obliger à poser le locuteur ou le récepteur comme des sujets de désir, repérables en quelques points précis; donc à tenir compte de quelque chose dans la langue qu’ils désignent comme la place de l’inconscient⁸ (GADET, op. Cit., p. 512, grifo nosso).

Os fatos não visíveis para a sintaxe, comenta Gadet (id.), são aqueles estudados por Pêcheux, Foucault e Henry, os quais partem de uma concepção das relações entre língua, discurso e história e de uma análise epistemológica da Lingüística. Tal concepção permite definir os efeitos discursivos como ligados à inscrição do sujeito em um processo histórico.

Desta forma, para Gadet (id.), a “dupla falha”, que afeta a análise e descrição sintática, que afeta a Lingüística, remete ao inconsciente, por um lado, e à história, por outro. Inconsciente e história são, portanto, integrantes de um

⁷ “Ele está de laranja nesta história”, que significa que alguém (ele) foi envolvido ou se envolveu ingenuamente em uma situação, é um enunciado bastante utilizado atualmente e que mostra isso.

⁸ “(...) estas formas teriam por particularidade a colocação obrigatória do locutor ou do receptor como sujeitos do desejo, reparáveis em quaisquer pontos precisos; portanto tendo a ver com qualquer coisa na língua que eles designam como o lugar do inconsciente” (GADET, op. cit., p. 512, trad. nossa, grifo nosso).

real que não pode ser ignorado quando tratamos da língua porque colocam em jogo contradições. A maior dificuldade tem sido saber, entretanto, se é possível tratar destas duas falhas ao mesmo tempo, ou se apenas podemos abordá-las separadamente como se tem feito até o momento na maior parte dos trabalhos dedicados a este tema. Para nós, essa “dupla falha” remete à questão da subjetividade, pois o inconsciente e a história constituem o sujeito.

Gadet (id.), por fim, salienta que esta “dupla falha” só pode ser apreendida no interior da sintaxe, pois se inscreve nela, quer seja de maneira visível ou invisível. Em um outro trabalho (GADET, 1980), ela nos mostra que as regras da sintaxe comportam tanto um movimento de contenção quanto um movimento de liberdade, um jogo que permite subverter a língua e fazer emergir uma “novidade” (metáforas, trocadilhos, lapsos, neologismos, etc.) em seu próprio interior.

Gadet e Pêcheux (id.) também comentam a respeito do dilema da Lingüística diante da emergência do real não-sistematizável: “Entre l’amour de la langue maternelle et le désir de la langue idéale, la linguistique scientifique révèle d’étranges parentés avec ce qu’elle vit d’exclure”.⁹ (p. 46). Estes autores consideram que uma língua idealizada, como a que a Lingüística, no ato de sua fundação, propõe-se a estudar, seria uma “língua mãe” de todos, universal, e que igualaria todos em sua estrutura objetiva e neutra, o que – como vimos afirmando – é um ideal impossível e sua abordagem está fundada na exclusão do sujeito.

Contudo, a Lingüística, perseguindo a língua ideal ou língua mãe, depara-se fascinada com “línguas maternas” extremamente particulares, não generalizáveis. Estas “línguas maternas” remetem a funcionamentos bastante peculiares da “língua ideal” nos sujeitos. A Lingüística não consegue se esquivar deste encontro porque a única maneira de estudar a estrutura da língua, que é seu objeto, é através de seu funcionamento, no qual ela se manifesta, mas que é também o que ela exclui. Além disso, por repetição, estes funcionamentos tão peculiares causam modificações na própria estrutura da língua, tornando-se, eles próprios, objetos de estudo dos lingüistas. Então, por gerar enigmas que impelem à pesquisa, podemos dizer que o que dá vida à Lingüística é, justamente, o que ela exclui: o sujeito com sua “língua materna”, que Lacan (1972-1973) chama de “alíngua”.

Outro desprendimento interessante deste comentário soa paradoxal: a Lingüística tem um objeto ideal, sendo o ideal sempre inatingível, pois atingi-lo implica descaracterizá-lo enquanto tal. A Lingüística repousa, assim, no estudo de um objeto impossível e, por incrível que pareça, o descreve a partir de suas

⁹ “Entre o amor da língua materna e o desejo da língua ideal, a lingüística científica revela “estranhos parentescos com aquilo que ela procura excluir”.” (GADET & PÊCHEUX, id., p. 46, trad. nossa).

regularidades! É por a língua ser este objeto ao mesmo tempo inefável e passível de descrição (mas nunca de total objetivação), que ela é considerada por Milner (1987) como o único real existente.

Milner (1977, apud GADET e PÊCHEUX, id.) também considera que a Lingüística, ao contrário da Psicologia, efetua uma evacuação da semântica com a pretensão de se livrar do sistema de representações que acompanha as estruturas. Perseguido uma “limpeza” que separe o imaginário (representações) do simbólico (estrutura vazia), ela se constitui como ciência da língua em seu estatuto simbólico.

Neste sentido, Henry (1993) comenta sobre um empreendimento da Lingüística de resistência ao psicologismo, termo que designa a imaginarização que, na maior parte das vezes, acompanha as abordagens do sujeito, e que consiste, essencialmente, em considerá-lo como origem e controlador da significação. Esse autor considera que a Lingüística, em certa medida, foi bem sucedida neste empreendimento, pois Saussure parece ter tido a sorte de atingir uma “fatia do real” através de sua descrição da língua como sistema, o que é inédito dentro das Ciências Humanas, apesar de tão perseguido.

Em virtude da exclusão do que lhe dá vida, ou seja, do sujeito e do sentido, há mais uma implicação da Lingüística que merece ser comentada. Podemos dizer que a dicotomia língua/fala lançada por Saussure – além de trazer uma conseqüente exclusão da fala na análise Lingüística – autorizou, na história da ciência mais recente, a consideração do “(...) sujeito falante como (...) unidade ativa de intenções (...) tudo se passa como se a Lingüística científica (tendo por objeto a língua) liberasse um resíduo, que é o conceito filosófico de sujeito livre (...)” (PÊCHEUX, id., p. 71, grifo nosso).

Assim, podemos dizer que a estruturação da Lingüística como ciência de certa forma autorizou a inclusão do sujeito psicológico nos estudos na área da linguagem, pois somente a pressuposição deste sujeito, “homenzinho” cartesiano, explicaria o caos que é a língua em funcionamento. Isso fez com que alguns lingüistas (por exemplo, Benveniste, 1958), passassem a se interessar pelos atos de fala (enunciação) e, conseqüentemente, pelo sujeito falante. Todavia, o que predominou foram estudos que desembocaram no “subjetivismo idealista” por considerarem o sujeito como a origem da significação¹⁰.

Como nos diz Henry (op. cit.), devido à impossibilidade de isolar totalmente o sujeito e a produção do sentido da língua, há um clamor no próprio objeto da Lingüística pelo “psicologismo”. Por causa disto, também em outros ramos da Ciências Humanas, sobretudo na Psicologia, vemos o forte impacto deste resto, que reforçou a crença na existência de uma subjetividade abstrata e soberana,

¹⁰ Destaca-se, aqui, a “teoria da enunciação” dentro da lingüística, que considera o sujeito como aquele que se apropria das formas da linguagem para deixar sua marca pessoal (Orlandi, 1986).

produtora deliberada do sentido e que seria um objeto de estudo por si só, passível de mensuração.¹¹

Por outro lado, também é preciso levar em conta que:

Saussure montre que l'homme n'est pas maître de sa langue. (...) en étudiant la langue comme un objet abstrait, un système dont les ressorts sont extérieurs à la fois à l'individu et à la réalité physique, la théorie saussurienne a produit un effet de déconstruction du sujet psychologique libre et conscient qui régnait dans la réflexion de la philosophie et des sciences humaines naissantes, à la fin du XIX^e siècle¹² (GADET, op. cit., p. 07, grifos nossos).

Esta colocação nos faz perceber que, curiosamente, a Lingüística, ao excluir o sujeito, também nos fornece um suporte teórico que permite tomá-lo a partir de uma nova perspectiva: o sujeito como controlador do sentido dá lugar a um sujeito que, ao valer-se dos signos, encontra-se em uma posição de **submetimento à linguagem** (DE LEMOS, 1990).

Atualmente, podendo contar com as contribuições de Saussure, dentre outros, nós não devemos permanecer passivos diante da constatação de uma espécie de falha da restauração imaginária do domínio e da soberania do sujeito (HENRY, 1993). Assim, no campo das Ciências da Linguagem, podemos encontrar um outro caminho que vem sendo percorrido e que aponta para um resgate do sujeito sem, no entanto, tomá-lo como a origem da significação, produtor soberano do sentido, usuário deliberado da linguagem.

Este caminho tem-se baseado na constatação de que a ordem do sentido não abarca uma construção teórica fácil porque, para isso, seria necessário que se admitisse a existência de uma metalinguagem (HENRY, op. cit.). Tem-se, ao contrário, partido da tese de que não há metalinguagem (ARRIVÉ, 1994; PÊCHEUX, 1990; LACAN, 1972-1973), ou seja, de que não existe um sistema universal para descrição do sentido. Sendo impossível sair da linguagem para falar sobre qualquer coisa, até mesmo sobre a língua, considera-se que o sujeito e o sentido não podem ser descritos objetivamente, já que estão submetidos ao

¹¹ Temos como exemplo a “análise de conteúdo”, que, tão utilizada atualmente, procura “descobrir significados ocultos” nos enunciados via decifração, o que se dá pela criação de categorias em que os enunciados são enquadrados. Assim, os enunciados servem, nesta concepção, como expressão da subjetividade que lhe é anterior e mensurável pela análise.

¹² “Saussure mostra que o homem não é mestre de sua língua (...) estudando a língua como um objeto abstrato, um sistema cujas competências são exteriores tanto ao indivíduo quanto à realidade física, a teoria saussuriana produziu um efeito de desconstrução do sujeito psicológico livre e consciente que reinava na reflexão da filosofia e das ciências humanas nascidas no final do século dezanove” (GADET, op. cit., p. 07, trad. nossa, grifos nossos).

encadeamento de significantes da língua e, inclusive, emergem deste encadeamento, constituindo-se simultaneamente (ORLANDI, 1993).

Dentro desta perspectiva, ao fundar a AD, Michel Pêcheux (op. cit.) propõe uma nova possibilidade de abordagem do sujeito à luz das descobertas da Lingüística, as quais permitem perceber que o **sujeito não pode ser tomado a partir de uma perspectiva idealizada porque ele não tem poder de decisão sobre a significação**. É na evolução da língua ao longo do tempo, já apontada por Saussure, que Pêcheux entrevê uma forma de criatividade não-subjetiva no próprio interior da língua, ou seja, uma criatividade que independe da vontade ou da razão de um sujeito, mas que é inerente à estrutura da língua e que permite a própria emergência do sujeito.

Também perseguindo este resgate do sujeito à luz dos conceitos da Lingüística, Jacques Lacan nos mostra que Freud, contemporâneo de Saussure, concentrou-se no sujeito, mas não deixou de perceber o seu submetimento à linguagem. Faltava-lhe, contudo, o conhecimento das leis que regem a linguagem, das sistematicidades fonológicas, morfológicas e sintáticas que são as condições materiais sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos (Orlandi, 1990) e que só começaram a ser estabelecidas mais precisamente a partir de Saussure. Retornando a Freud à luz da Lingüística, Lacan também trabalhou com este sujeito que emerge da/na linguagem.

Enquanto, por volta da década de 60, Michel Pêcheux procura voltar a sua atenção para o sujeito e para a produção do sentido nos estudos sobre a linguagem articulando língua e ideologia, Jacques Lacan já o fazia desde cerca de duas décadas antes na Psicanálise, via articulação da língua com o inconsciente. Porém, mesmo perseguindo objetivos aparentemente diferentes, estes dois autores, aproximam-se por um pressuposto poderoso: o submetimento do sujeito à linguagem. Além disso, eles têm em comum o fato de abordarem as falhas que interferem no discurso e que são apontadas por Gadet (1978), embora cada um aborde uma destas falhas de maneira bastante isolada: Lacan volta-se para o inconsciente e Pêcheux para a história.

Estamos, então, diante, de dois autores fundamentais para uma pesquisa não positivista e rigorosa sobre a subjetividade, ambos remetendo à Lingüística que, por esclarecer sobre a língua (sem sujeito, a-histórica), ajuda-nos a abordar a fala (há um sujeito do inconsciente, inscrito na história). É justamente nesta abertura que podemos abordar o discurso como acontecimento, como um trabalho que o acontecimento discursivo realiza sobre a língua e vice-versa (GALLO, 1994), que podemos encontrar o sujeito ou, como nos diz Lacan (1972-1973), podemos constatar que o sujeito emerge entre os significantes.

REFERÊNCIAS

- ARRIVÉ, M. (1994). **Linguística e Psicanálise - Ensaios de Cultura 3** (tradução de Mário Laranjeira e Alain Mouzat). São Paulo: EDUSP.
- AUROUX, S. (1992). **A revolução tecnológica da gramatização** (tradução de Eni Puccinelli Orlandi). Campinas: UNICAMP.
- BAKHTIN, M. (1981). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. (tradução de Michel Lahud et col.). 2. ed. São Paulo: Hucitec.
- BENVENISTE, E. (1958). “*Da Subjetividade na Linguagem*.”. In: E. Benveniste. (1988). **Problemas de Linguística Geral I**. (tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri). 2. ed. Campinas: UNICAMP. p. 284-293.
- CHOMSKY, N. (1980). **Rules and Representations**. New York: Columbia University Press.
- COURTINE, J. J. & C. Haroche (1988). “*O Homem Perscrutado – Semiologia e Antropologia Política da Expressão e da Fisionomia do Século XVII ao Século XIX*.”. In: E. P. Orlandi. (org.). (1988). **Sujeito & Texto**. São Paulo: EDUC. p. 37-60.
- DE LEMOS, M. T. G. (1990). **Sobre o que “Eu” diz: da Subjetividade na Linguagem**. (mimeo)
- DOR, J. (1989). **Introdução à Leitura de Lacan: O Inconsciente Estruturado como uma Linguagem**. (tradução de Carlos Eduardo Reis). 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas.
- GADET, F. (1978). “*La Double Faille*.”. In: **Actes du Colloque de Sociolinguistique de Rouen**. p. 511-515.
- _____. (1980). “*Tricher la Langue*.”. In: B. Conein et al. (1981). **Matérialités Discursives**. Lille: Presses Universitaires de Lille. p. 117-126.
- _____. (1990). **Saussure: Une Science de la Langue**. Paris: PUF. (2^{ème} édition)
- GADET, F. & M. Pêcheux (1981). **La Langue Introuvable**. Paris: Maspero.
- GALLO, S. L. (1994). **Texto: Como Apre(ender) esta Matéria? – Análise Discursiva do Texto na Escola**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP para a obtenção do título de Doutor em Linguística. (mimeo)
- HAROCHE, C. (1992). **Fazer Dizer, Querir Dizer**. (tradução de Eni Pulcunelli Orlandi e cols.). São Paulo: Hucitec.
- _____. (1988). “*Da Anulação à Emergência do Sujeito: Os Paradoxos da Literalidade no Discurso (elementos para uma história do individualismo)*.”. In: E. P. Orlandi. (org.). (1988). **Sujeito & Texto**. São Paulo: EDUC. p. 61-86.
- HENRY, P. (1993). “*Sentido, Sujeito, Origem*.”. In: E. P. Orlandi. (org.). (1993). **Discurso Fundador**. Campinas: Pontes.
- JAKOBSON, R. (1995). “*Dois Aspectos da Linguagem e dos Tipos de Afasia*.”. In: R. Jakobson. (1995). **Linguística e Comunicação**. (tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes). São Paulo: Cultrix. p. 34-62
- LACAN, J. (1964). **O Seminário de Jacques Lacan, livro 11: Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise**. (Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; versão brasileira de M. D. Magno). 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1972-1973). **O Seminário de Jacques Lacan, livro 20: Mais, ainda**. (Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; versão brasileira de M. D. Magno). 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- MILNER, J. C. (1977). “*Entretien sur “L’Amour de la Langue”*.”. **Action Poétique**, nº 72.

- _____ (1987). **O Amor da Língua.** (tradução de Angela Cristina Jesuino). Porto Alegre: Artes Médicas.
- _____ (1995). **Introduction à une Science du Langage – Édition Abrégée.** Paris: Éditions du Seuil. (2^{ème} édition)
- ORLANDI, E. P. (1986). **O que é Lingüística.** São Paulo: Brasiliense.
- ORLANDI, E. P. (1990). **O Lugar da Sistemática Lingüística em Análise do Discurso.** Aula apresentada no concurso para professor titular no Departamento de Lingüística do IEL/UNICAMP. (mimeo)
- PÊCHEUX, M. (1969). “*Análise Automática do Discurso.*”. (tradução de Eni Pulcinelli Orlandi.). In: F. Gadet & T. Hak (orgs.). (1993). **Por uma Análise Automática do Discurso.** 2. ed. Campinas: UNICAMP. p. 61-162.
- _____ (1990). **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento.** (tradução de Eni Pulcinelli Orlandi). Campinas: Pontes Editores.
- RIFFLET-LEMAIRE, A. (1970). **Lacan.** (traducción de Francisco J. Millet). Buenos Aires: Editorial Sudamericana.
- SAUSSURE, F. (1995). **Curso de Lingüística Geral.** (tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blickstein). 19. ed. São Paulo: Cultrix.